

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

•
Número Especial

*Actas do II Colóquio
sobre a Investigação e o
Ensino da Antropologia
em Portugal*

Vol. 7
1989

MUSEU E LABORATÓRIO ANTROPOLÓGICO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Os Kyaka de Angola

Mesquitela Lima *

A etnia Kyaka do grande grupo étnico dos Ovimbundu, localizada em Angola, como indica a carta anexa, constitui o objecto deste estudo.

Quando se nos ofereceu a ocasião de escrever uma tese de Estado (ès-Letres) na Universidade de Paris X (Nanterre), pensamos imediatamente continuar os nossos estudos sobre os Tchokwe, por virtude do conhecimento que possuímos sobre a etnia: vivemos cerca de oito anos junto dela, o que nos levou a publicar vários livros e artigos, tanto em português como em francês. Pensámos mesmo em escrever uma monografia, obra que, até o presente, não foi feita, embora os Tchokwe constituam o povo de Angola mais estudado por vários autores portugueses, belgas, alemães e americanos. Em todo o caso, trata-se de estudos parcelares, abordando pontos bem precisos. De qualquer das formas não o fizemos porquanto, se juntasse todos os nossos escritos sobre os Tchokwe, o resultado seria, por certo, uma monografia.

Como responsável que fomos por um Departamento oficial de pesquisa antropológica, percorremos Angola de lés-a- lés, país com cerca de 1 200 000 km² constituindo um mosaico de culturas. vivendo em quadros geográficos uns dos outros, algumas dessas etnias, habitando mesmo em verdadeiros nichos ecológicos. Ao mesmo tempo que percorríamos o país observando grupos étnicos ou simples minorias étnicas (como o caso dos povos não-Bantos), mergulhávamos na leitura de qualquer documento, escrito ou de outra natureza, que nos poderia indicar vias, pistas ou sendas, que permitissem apreender a razão desse mosaico: em Angola existem, pelo menos, onze grupos étnicos, totalizando aproximadamente 93 etnias, para não fazer referência a certas minorias que constituem verdadeiras ilhas culturais (1). Foi assim que reparamos nos Kyaka, cujo nome nos intrigava há muito tempo. Evidentemente, a escolha da etnia não foi feita ao acaso. A ideia nasceu das nossas preocupações sobre a origem dos célebres Jaga, de que muito se tem falado (tanto por viajantes, missionários, comerciantes, funcionários, etc.), desde a chegada dos Portugueses à embocadura do Rio Zaire, em 1482. Os chamados Jaga, como se sabe, tal qual um turbilhão, submeteram quase todos os povos do Norte de Angola.

Porque razão esses guerreiros foram denominados Jaga e quais poderiam ter sido as suas relações com os Yaka do Cuango (2) e os Kyaka do planalto central? Os Jaga fizeram já correr rios de tinta sem que se chegue a uma conclusão plausível (3). Uma coisa é certa (e hoje, a maior parte dos investigadores está de acordo sobre este ponto):

* FCSH. Universidade Nova de Lisboa

os Jaga a que se referem as obras a partir do séc. XVI, não constituem uma etnia. Quais serão, então, os seus limites com os Yaka do Kwangu e os Kyaka? Quanto aos primeiros, Plancquaert apresentou-nos um quadro histórico aceitável, mas as lacunas permanecem e a sua profunda e brilhante análise não é probatória; Miller, por sua vez, ao brindar-nos com o seu requiem - considera os Jaga um "cadáver" - não é, igualmente, convencedor. Em relação aos segundos - os Kyaka - o campo era quase virgem: existiam referências esparsas, não somente em obras de segunda metade do séc. XIX, mas também em estudos mais recentes de Bastos, Brandão, Childs, Edwards, Hambly, Hauenstein, Shonberg-Lotholz. Sabíamos, além disso que esta etnia tinha ligações históricas com a Baixa de Kasanji, espécie de nó, ponto importante para o conhecimento e compreensão da História de Angola, incluindo também os do Kongo. Parecia-nos que, se chegássemos a estudar a referida Baixa, talvez resolvêssemos o problema dos primeiros habitantes da região que, segundo dados recolhidos até ao presente, seriam povos de metalúrgicos e de ferreiros, e talvez mesmo os construtores dos monumentos de pedra - os amuralhados, os túmulos e os megálitos - que polvilham todo o território. Joseph Miller, estava a estudar os Imbagala, Karl Hopfer (4) (prematuramente falecido), orientado por nós, empreendia o mesmo entre os Songo, outra importante etnia da Baixa em questão, a articulação destes dois estudos, mais outros realizados sobre o Kongo, com os que havíamos já concluído sobre o Nordeste de Angola (onde se cantonam os Tchokwe) e, enfim, com os Kyaka, tudo isso poderia ajudar a rever a Etno-história de Angola que, até ao momento, foi sempre elaborada a partir de documentação colonial. Parecia-nos que, somente um estudo do interior da situação socio-culturais, poderia trazer-nos esclarecimento sobre pontos ainda muito obscuros.

Em resumo, vejamos as razões que motivaram a obra sobre os Kyaka:

I - a questão dos Jaga, de que fizemos referência anteriormente;

II - e existência de instituições culturais similares entre os Jaga, Tchokwe, Kyaka e todos os antigos habitantes da Baixa de Kasanji;

III - o termo "Kyaka", bem como a relação de ordem histórica entre esta etnia e a baixa de Kasanji, particularmente com os Ngola e os Njinga (5) (vide capítulo sobre a História): além disso, na tradição histórica dos Tchokwe, existe o dado (6) que refere a precedência de Ngola Tchilwanji sobre Tchinguli, irmão de Lweji e fundador do estado Imbangala, considerado como um dos antepassados Kyaka;

IV - a semelhança do termo jaga com diversos outros, nomeadamente, os que designam determinadas etnias da Baixa de Kasanji, como os Hako e os Yaka, bem assim a ligação histórico-política destes últimos com a organização política dos Lunda (o imperador dos Lunda chamava-se Muatchyanvua e o rei dos Yaka, Kyanvu, sendo este vassalo do primeiro):

V - o facto de defendermos a tese de que a fundação do império lunda e do estado tchokwe (7) deverá recuar dos sécs. XVI e XVII para o séc. VIII (8), contrariamente ao que pensa a maioria dos historiadores. Parece existir uma relação entre os célebres Jagas e as hordas lunda e tchokwe, muito particularmente com estes últimos, "que vinham do Leste e do Nordeste", tendo atravessado o Kasai e o Kuango (9); os Jaga procederam de modo idêntico (pelo menos assim o considera a maioria dos historiadores, exceptuando a tese da original meridional de Plancquaert, o que não invalida as nossas afirmações sobre os Jaga, os Yaka, os Tchokwe, os Lunda e os Kyaka). A acrescentar a tudo isso, temos as relações históricas de todos estes povos com os Imbangala (10), cujo fundador foi Tchinguli, irmão de Lweji - mulher de Ilunga, herói civilizador dos Lunda e dos pré-Tchokwe - parecem-nos bastante evidentes. Sabemos também que os Imbangala foram uma das etnias que dominaram a Baixa de Kasanji (11), já habitada pelos Libolo e Kisama, provavelmente os primitivos habitantes da região, exímios metalúrgicos e ferreiros.

Se forem aceites todos estes dados da Etno-história (e parece-nos que deverão sê-lo porque a confirmação das hipóteses reside precisamente na recolha de traços e factos culturais em regiões tão afastadas e em etnias tão diferentes), pode igualmente admitir-se que a fixação dos kyaka no seu actual território, é muito anterior ao séc. XVII. Comparando os modelos mítico-históricos, construídos a partir da análise da História e da cultura da maioria das etnias que habitam além Kwango e Kasai, verifica-se que:

a) o aparecimento do herói civilizador Ilunga tem como consequência uma remodelação na sociedade tubungu (12). O parricídio real, na origem da etnia Tchokwe, implica a passagem de patrilinearidade à matrilinearidade: entronizada Lweji, todas as etnias dominadas pelos Lunda se tornaram de filiação ambilateral, ainda que a matrilinearidade permaneça mais aberta quanto ao critério de recrutamento das linhagens. No entanto, no referente ao poder político, é dominante a patrilinearidade. Consequentemente, podemos estabelecer a hipótese de que a recusa da matrilinearidade, bem como a rejeição da realeza sagrada, imposta por aquele herói estrangeiro, que respeita a vontade de um pai assassinado pelos próprios filhos, são a causa de êxodo dos Tchokwe e dos pré-Tchokwe que, desde então, se transformam num povo errante e guerreiro, em busca da Terra Prometida. Além disso, podemos ainda reforçar este argumento com alguns outros: esse mesmo herói introduziu a caça, numa civilização cujos detentores conheciam o ferro, embora desconhecêssem a técnica da extracção, bem como a sua mais eficaz utilização: os Tubungu utilizavam a funda. Houve, portanto, uma importante transformação no seio da sociedade, o que veio inverter as antigas estruturas. Esta transformação provocou uma cisão política, da qual emergiu a etnia Tchokwe. Estes, tornando-se eméritos caçadores, partiram à conquista (partida sem regresso) das regiões onde provinha a matéria-prima necessária à sua sobrevivência: o ferro para o fabrico das armas de caça. Sabemos, através das tradições dos povos do médio Kwango e do Kasai, que os primitivos ocupantes da região eram povos de metalúrgicos (13). Esta hipótese é confirmada

pelas recentes descobertas, em Angola, de antigas indústrias do ferro situadas em regiões onde se fixaram estas etnias.

b) Consideramos, portanto, que os célebres pré-Tchokwe, comandados pelo não menos afamado Ngola Tchilwanji, se transformaram em Ambundu (14). Ademais, se tivermos em consideração os modelos míticos-históricos, que poderemos constatar? Na verdade, contêm uma espécie de "recusa" da matrilinearidade: ainda que a sociedade se encontre dividida em duas linhas bem distintas - ko-luse e ko-lwina - a primeira é dominante, funcionando como a via preferida na maioria dos sectores e actividades culturais. Talvez devessemos adoptar, em vez de "recusa", a ideia da persistência ou manutenção da patrilinearidade. O herói nacional kyaka Tchilulu afirma-o: "os meus filhos jamais terão o poder", transmitindo-o ao seu irmão Katutu. Verifica-se, pois a persistência da patrilinearidade. Por conseguinte, consideramos haver uma atitude semelhante adoptada por Tchinguli (Imbagala), Tchinyama (Lwena) e por Tchilulu (Kyaka). Os dois primeiros grupos recusam a entronização de uma mulher e, como consequência, afastam-se; o terceiro, afasta os seus filhos e nomeia o seu irmão como herdeiro do trono. Podemos considerar, como hipótese, que a morte do cão (ou do irmão) entre os Kyaka, corresponde à morte do pai entre os Tubungu: no sistema de parentesco, o irmão é o primeiro sucessor do pai.

Todas estas questões levaram-nos a estudar os Kyaka no seu próprio meio, apresentando a obra como resultado da nossa investigação.

Este trabalho envolve 3 volumes, constituindo o 1º a Abertura e a História dos Kyaka: o 2º é dedicado ao Sistema de parentesco e o 3º à Organização política e territorial.

Determinadas ideias-problema nos surgiram durante a realização do estudo.

A primeira questão que se coloca, é a das hipotéticas relações culturais dos Kyaka com a cultura dita zimbabwense. Se esta hipótese puder ser demonstrada, dela decorreria uma segunda: fixação da etnia na região em que se acantonou há séculos, que não necessitaríamos de provar. Sabe-se que o apogeu da civilização do grande Zimbawe data do séc. XII e que, depois desta época, entrou em decadência. Pensa-se, igualmente, que ela se expandiu por toda a África Central, até à bacia do Zaire (15). Todos os testemunhos do quadro arqueológico da região dos Kyaka, bem como os do planalto central, provam-nos: os recintos amuralhados (16), os monumentos megalíticos, os túmulos utilizados até aos nossos dias, a mumificação dos chefes e a conservação dos crânios. Os recintos, ainda hoje, são utilizados como santuários; os Ovimbundu guardam aí os crânios dos chefes mortos; antigamente, as referidas muralhas eram locais onde se erguiam aldeias inteiras, servindo ainda de abrigo em caso de guerra com as etnias vizinhas, em particular, com os povos pastores do Sul de Angola. Refira-se, igualmente, que se encontram, quer na Lunda e na Baixa do Kasanje, quer no médio Kwangu, construções de pedra, assinaladas por Redinha entre os Tchokwe do Tchiboko e por Plancquaert entre os Pende e os Hako; estas construções tinham as mesmas funções que as da região ovimbundu. Todos estes dados nos conduzem a pensar que, na mesma época - a qual não po-

deremos datar com rigor, uma vez que não possuímos dados que nos permitam fazê-lo, embora sejam suficientes para poder afirmar que elas seriam anteriores à chegada dos Portugueses - teria havido, em quase toda Angola, culturas do tipo zimbabwense, tendo os seus pontos de fixação na linha Baixa do Kasanji/Baixa do Kunene. Dizer que os Kyaka ocuparam o mesmo local durante séculos, poderá ser exagero, uma vez que os dados da Pré-História e da Arqueologia não são suficientemente exactos para fazer recuar a sua fixação para uma data tão longínqua. Contudo, afirmar que esta etnia (bem como outras dos Ovimbundu) se instalou na região em época anterior ao século XVII, parece-nos razoável. A verdade surge quando se ajustaram os elementos históricos com os dados provenientes da prática social contemporânea: foram os pré ou proto-Ovimbundu que construíram as muralhas, sendo igualmente provável que tenham sido eles os detentores da cultura megalítica. Seguramente, as muralhas não são influência portuguesa. A maior parte dos autores que afirma o contrário, para além de se referirem genericamente aos Ovimbundu - grupo étnico ao qual pertencem os Kyaka - apoiou-se em documentos de origem colonial, que nos reenviam a personagens e individualidades da História local, embora mais não constituam do que modelos sociais mítico-históricos manipulados, de forma não consciente, pelos discursos dos informadores. Ter apenas estes discursos como referências, sem se fazer um esforço para projectar na prática social quotidiana, conduz-nos a falsear a História e os factos realmente vividos. Estes discursos estão, seguramente, impregnados de uma ideologia individual ou de grupo, que reflecte apenas a ilusão de determinada prática social. Torna-se, pois, fundamental proceder a uma verificação. Como fazer a verificação em ciências sociais e, sobretudo, em História e Etnologia? Estamos convictos de que ela não é impossível, não obstante as opiniões contrárias, que insistem no facto de ela ser apenas praticável no domínio das ciências da natureza ou no das ditas exactas. É certo que a análise histórica nos remete a um facto do passado, mas, por outro lado, reenvia-nos igualmente para um facto situado num futuro, relativamente a esse passado (17). Assim sendo, quando se projectam os dados da Mitologia ou os da Etno-História, na prática concreta e quotidiana de um determinado contexto, alcançamos, de qualquer modo, este mesmo futuro. Não nos será permitido falar de verificação? Se assim se não procede, teremos sempre que contar com os perigos provenientes dos estudos feitos unicamente em função dos dados da História dita colonial e mesmo dos que se recolhem, directamente, dos informadores. Todas estas questões nos merecem muita atenção. Daí o facto de um dos capítulos de estudo se intitular "História real, ideia de História e modelo histórico dos Kyaka". Ser-nos-á lícito duvidar dos dados que foram directamente recolhidos dos informadores da sociedade estudada? Deveremos aceitá-los como fidedignos? A estas interrogações, poderíamos responder com uma outra: quem, melhor, do que estes mesmos informadores, estaria capacitado para contar a sua própria História? Evidentemente, eles são arquivos vivos da sociedade, constituem uma espécie de memória colectiva ou, se quisermos, de palavra histórica. Não estamos perante dados escritos. Contudo, afirmamos que esta memória implica uma certa ilusão da prática social, não será menos verdade. Em todo o caso, os elementos fornecidos pelos informadores são preciosos, devendo, no entanto, ser confrontados com outros dados ainda que

provenientes de outros informadores, em situações diferentes. É, igualmente evidente que toda a memória implica o inevitável esquecimento e que, de algum modo, esta memória colectiva, que poderemos designar por memória histórica, suscita, por sua vez, problemas de modificação individual ou de grupo, que pode dificultar o ajustamento dos factos recolhidos com a análise etnológica. Todavia, estas perdas de memória ou modificações, não constituem sempre actos conscientes (no sentido empregado por Lévi-Strauss) destes "arquivos"; pelo contrário, são mais frequentemente condicionadas ou determinadas por condições ou situações históricas ou sociais, que deverão ser detectadas pelo etnólogo, dado serem reflexos dessas mesmas situações. Por conseguinte, estes esquecimentos ou modificações, ainda que sejam conscientes no momento em que se presta a informação, são comportamentos não-conscientes, uma espécie de modelos que reflectem uma ideologia, que o investigador deve estudar. Deste modo, os relatos orais, as biografias, as informações, as entrevistas individuais, bem como os relatos escritos por informadores letrados, fornecem-nos matrizes que nos conduzem à essência da ideologia dominante, não só a nível de determinados patamares individuais ou de grupo, mas igualmente no âmbito da sociedade global. Do outro lado da "barricada", encontra-se o etnólogo, com a sua observação, a sua experiência de vida no seio da sociedade, as suas concepções, de acordo com a sua formação. Tudo aquilo que observa, articulado com o tratamento estatístico de determinados dados (os métodos quantitativos não devem ser marginalizados), fornece-nos um retrato da prática social efectiva, prática essa que, na maior parte dos casos, se opõe à ideologia dominante que, como sabemos, chega, mesmo à inversão dos factos.

Empregamos, frequentemente, a expressão "dados da sociedade concreta" (*hic et nunc*). Torna-se evidente que são estes os que mais interessam ao etnólogo. Porém, no que respeita à Etno-História da África, devemos interrogar-nos se, de facto, são estes os únicos elementos válidos para a compreensão das situações históricas. É por demais evidente que se torna impensável fazer Etno-História, ou simplesmente, História da África sem o apoio da tradição oral: Será esta a razão porque, no estudo, privilegiámos as fontes orais dos Kyaka para a reconstituição da sua História? Sem dúvida, embora seja necessário dizer que fomos mais longe na colecta de materiais: ultrapassámos o próprio cenário cultural dos Kyaka, para atingirmos os das etnias vizinhas. Como se pode verificar, tentámos articular os dados relativos aos Kyaka com os da História dos Ovimbundu. Poderemos ser acusados de ter privilegiado as fontes indígenas - a tradição oral - que não nos fornecem uma cronologia segura. Talvez seja este o nosso "calcanhar" de Aquiles e o "quid" da questão. É certo que, sabêmo-lo todos, a palavra sofre uma espécie de corrosão, ou melhor, de erosão, em função do tempo passado, mas, pergunta-se, de que modo diverso se pode fazer a História em África? Deverão, em contrapartida, ser aceites sem reservas as fontes de origem colonial, pelo menos no referente às datações absolutas? Relativamente aos acontecimentos que dizem respeito aos Europeus, não será legítimo desconfiar das datações apresentadas pelos viajantes, cronistas, comerciantes, administradores, militares e outros, mas quando estes mesmos autores falam da História africana propriamente dita, produzindo extrapolações baseadas em nomes, personagens ou ge-

neologias estudadas quase ao acaso, pensamos que o etnólogo deverá mostrar bastante reserva quanto à veracidade das informações obtidas. É certo que as fontes orais, tal como os documentos escritos de origem ocidental, são compostos de signos. A escrita é um sistema que regista os acontecimentos ou factos ditos históricos. A linguagem fixa, igualmente, num momento preciso, por intermédio de um discurso, embora, como sabemos, a palavra mude a cada instante, mudança essa que é devida ao indivíduo ou grupo que a manipula. Porém, todo o signo é ambíguo e, por essa razão, também os documentos escritos mais não são do que produções de indivíduos situados: são, pois, um reflexo da prática social real. Assim, existem riscos de ambos os lados. No entanto, para nós, os dados do que se pode apelidar de sociedade concreta - a tradição oral e a observação do quotidiano feita pelo etnólogo - são os mais importantes para atingir a História e a sociedade, embora se não devam desprezar, como é evidente, os dados da Pré-História e da Arqueologia. Para a História de África, contudo (e insistimos neste ponto), não poderemos contar senão com estes elementos, ou seja, com os dados recolhidos no terreno, para a compreensão das situações sócio-culturais, por meio de um sincronismo específico africano, associado a um diacronismo de idêntica natureza? Na verdade, diríamos que, na qualidade de etnólogo, somos partidários deste tipo de investigação, que praticamos há muito, sem sermos, porém, totalmente funcionalista ou radcliffebrowniano radical. Para Radcliffe-Brown, o diacrónico (neste caso a História) constitui simplesmente um "conjunto de conjecturas". Nesta conformidade, pensamos que os dados da História colonial não deverão ser sobreestimados, devendo, antes, esclarecer os que são fornecidos pelas categorias citadas: a tradição oral, os relatos, as opiniões dos informadores, e ainda, a observação pessoal do etnólogo. Não esqueçamos que muitos autores, talvez inconscientemente, criaram, frequentemente, a confusão em determinados pontos da História dos povos africanos, particularmente entre os de Angola, dos quais nos ocupamos como etnólogo. A História do Ocidente elaborou-se através do documento escrito e, por essa razão, os investigadores tentam aplicar os mesmos métodos às situações africanas, passando a "pente fino" os arquivos coloniais e esquecendo que os relatos neles contidos (com as honrosas exceções), eram produtos de indivíduos sem formação científica adequada. Na maioria dos casos, não possuíam aparelhagem conceptual ou mesmo conhecimentos da cultura local, que lhes permitisse estabelecer categorias fundamentais, ou isolar estruturas necessárias à compreensão, não diremos global, mas de uma parte da sociedade a estudar (18). Embora exista um determinado grupo de investigadores que se dedica a estas fontes, menos por convicção do que por impossibilidade, parecem-nos que o problema se encontra em vias de resolução (pelo menos no que respeita a Angola), surgindo diversos estudos que confirmam a nossa opinião (19). Por todos estes motivos, tentámos apreender a ideologia profunda (ou as ideologias) dos Kyaka, através de uma análise da tradição oral, abarcando não só o que pode ser apelidado de "História", mas também outros sectores do quotidiano da sociedade e da cultura, tais como o parentesco, a aliança, a organização política e a organização espacial. Para além das comparações com as tradições Ovimbundu, similares ou paralelas, ou mesmo divergentes em alguns pontos, o nosso discurso escrito está juncado de provérbios Kyaka, que consideramos serem boas fontes de

Etno-História. Com o propósito de destacar determinadas intenções escondidas, foi necessário estar atentos a fim de que se pudesse distinguir, com nitidez, o que poderia ser uma simples transposição de linguagem ou uma metáfora, dos discursos reais ou metonímias correntes.

Deste modo, relativamente à IIª parte do trabalho, chegámos a conclusões verdadeiramente interessantes: os Kyaka, os Ovimbundu e os Ambundu, sofreram acontecimentos históricos quase idênticos, isto é, sofreram "assaltos da História" semelhantes, observação que nos conduziu à elaboração dos sub-capítulos "História real, ideia de História e modelo histórico dos Kyaka" e "Comentários", através dos quais verificamos que, nesta região de Angola, existe, de facto, uma significativa unidade cultural. Mais uma vez pudemos observar que a História e aquilo que designámos por "ideia de História", se encontra, nestes povos, profundamente ligada ao domínio do político. Demonstra-o o modelo teórico que tentámos destacar e construir naquele primeiro capítulo referido.

A resistência à penetração colonial- ocidental, é um facto incontestável: distinguimo-la quando se analisa a História Kyaka e sentimo-la quando nos dedicámos aos principais sistemas sociais, particularmente no parentesco, na organização política. Por um lado, os Kyaka souberam dominar habilmente o meio-ambiente, "domesticando" a cultura do milho *mays* e adaptando este cereal a terrenos que, determinados engenheiros agrónomos do Ocidente consideram impróprios; por outro, as suas aldeias e sedes de chefados (actualmente poucos) estão situados em locais que poderemos designar por "lugares de passagem obrigatória", no meio do seu grande vale e planalto, defendidos pelos *inselbergen* que salpicam toda a região. A penetração efectiva do território Kyaka, levada a cabo pelos Portugueses, é relativamente recente. Aparte as tentativas do Governador Sousa Coutinho no séc. XVIII, (1764/1772), os Kyaka permaneceram "livres" até o começo da construção do caminho- de-ferro de Benguela, por volta de 1905/1907; no começo do século, ainda os Kyaka atemorizavam os seus vizinhos, sendo conhecidos por "ladrões de gado". Assim, não surpreende que esta etnia tenha podido manter, durante séculos, uma certa coesão, unidade e originalidade culturais (não obstante a sua localização geográfica, numa região de franja entre os povos agricultores e pastores de Angola, favorável à eclosão de conflitos intertribiais, e mesmo à penetração e influência europeias), contrariamente ao sucedido com outras etnias vizinhas do grupo étnico dos Ambundu da Baixa de Kasanji que, desde muito cedo, sofreram os efeitos do impacto colonial português. Esta originalidade destaca-se facilmente quando comparamos a organização política dos antigos estados da Baixa de Kasanji com a dos actuais Ovimbundu e Kyaka. Imobilizados nas suas montanhas, os Kyaka puderam preservar o seu modo de produção económica: a guerra de razzias e a agricultura de milho *mays*, associadas à caça que, não obstante, desapareceu. Porém, como consequência das circunstâncias históricas decorrentes da *pax* dita lusitana, a guerra de razzias foi substituída pela organização de caravanas e linhas de comércio a longa distância. O modo de produção altera-se, permanecendo a ideologia guerreira: os raids comerciais são organizados como raids guerreiros (verificamos, ainda hoje, a permanência desta conduta-modelo em determinados conjuntos rituais).

Podemos colocar-se uma outra questão: por que razão não apresentamos um capítulo sobre o modo de produção económica, uma vez que este trabalho é, em certa medida, uma monografia? É uma questão pertinente, mas justificamo-nos. Quando iniciámos, com a nossa equipa, o estudo da etnia, começámos precisamente pelo modo de produção económica. Porém, muitas barreiras se ergueram: era necessário, antes de mais, conhecer a História. Uma vez conhecida, verificámos que sem um conhecimento do sistema de parentesco, não poderíamos atingir o sistema de organização política e espacial. Por conseguinte, dedicámo-nos, de imediato, ao sistema de parentesco e de alianças. Este estudo abrir-nos-ia a porta de todos os outros sistemas sociais dos Kyaka. Pelos dados recolhidos e apresentados, pensamos que o parentesco kyaka é o pivot de todos os outros sistemas sociais. É óbvio que não pretendemos afirmar que o económico não é fundamental, mas para que o alcançássemos, foi necessário um "biais": o parentesco. Este não é mais do que uma complexa rede, juncada de circuitos, que nos conduziu às estruturas económicas. Podemos mesmo afirmar que a estrutura profunda do sistema económico da etnia é o seu sistema de parentesco: os bens de produção e de consumo, bem como os bens raros, que obrigatoriamente fazem parte dos dotes, circulam com as mulheres no momento das alianças matrimoniais. O estudo e a natureza das relações entre os diversos elementos do sistema de parentesco e de alianças, forneceu-nos a imagem e o retrato do funcionamento do económico. Consequentemente, o sistema económico ou o modo de produção Kyaka constitui um sistema conexo de parentesco. Por esta razão, e dada a sua importância, reservamos a descrição e análise do modo de produção económico para uma próxima ocasião. Porém, à medida que se forem desenvolvendo os capítulos deste trabalho, forneceremos elementos, julgados pertinentes, que nos elucidam acerca do sistema económico Kyaka.

Outro dos domínios privilegiados, foi o sector relativo à justiça e aos tribunais, visto ser através da administração da justiça é que se vislumbram a circulação, a troca, a distribuição e a redistribuição de bens.

Confessemos que o estudo do parentesco nos colocou perante variadíssimos problemas, dificultando-nos o percurso e enredando-nos num labirinto de informações. Tendo recolhido, em primeiro lugar, as regras fornecidas pelos informadores, por meio de entrevistas individuais, elaborámos as matrizes (esquemas) que apresentamos. Com a finalidade de verificar as informações, foi necessário fazer, posteriormente, um recenseamento e pesquisas, organizadas de um modo sistemático, acerca das unidades territoriais e domésticas, aldeia por aldeia, casa a casa, cujo resultado permitiu a elaboração de determinados esquemas desta obra. Numa fase posterior, após cuidada análise do material recolhido, tentámos a elaboração de modelos, muito frequentemente lançando mão de métodos estatísticos. Ao analisar as matrizes provenientes de dois tipos de investigação já referidos, damos-nos conta das contradições existentes entre aquilo que referiram os informadores e o que decorria, efectivamente, da nossa observação. A articulação dos dados recolhidos nestes dois níveis de pesquisa, permitiu-nos penetrar, pouco a pouco, na ideologia do sistema de parentesco que, na prática, não é seguida com

rigor. Encontram-se justificados, deste modo, os "Comentários" no final do volume consagrado ao parentesco.

A organização política mostrou-se um domínio de penetração mais fácil, após um conhecimento mais aprofundado e da relativa familiarização com as redes de parentesco e de aliança. No entanto, o carácter fixo e rígido, as coincidências de determinadas geneologias políticas (salvo algumas excepções), as reticências de vários informadores acerca das dinastias, particularmente a recusa de determinados chefes políticos em emitirem qualquer opinião, a não ser na presença de notáveis, tomou-nos muito tempo. Todavia, como já referimos anteriormente, o maior problema surgido decorreu das cronologias genealógicas. Foi, na verdade, um trabalho árduo, quase sem resultados, razão pela qual estimamos a duração média de um reinado em cerca de 25/30 anos. E provável que tenhamos sido induzidos em erro, mas esta era a única saída possível.

Uma leitura atenta das três partes dedicadas à História, ao parentesco e à organização política, permite verificar que, em certa medida, chegámos a matrizes similares para o conjunto destes sectores. Os elementos destes modelos ou matrizes encontram-se em sintonia. No plano da História, o herói civilizador Kyaka provém de uma linhagem materna, de um clã de metalúrgicos, cujo chefe é, provavelmente, o irmão da mãe do herói: este é afastado por ter levado consigo uma das mulheres do tio, a qual engravidou. Este afastamento está na origem do Estado, que se consolida pela conquista de um território ocupado por povos pastores: a actual sociedade Kyaka é patrilinear e a sucessão política processa-se de irmão para irmão, passando depois para o filho. Uma explicação possível para esta prática, pode, provavelmente, situar-se na História ou no mito: o herói nacional deserda os seus filhos, porque eles haviam "comido" um dos seus cães favoritos. No plano do parentesco, verificamos que a relação mais importante se estabelece entre o tio materno/sobrinho, digamos mesmo, uma estrutura fundamental que pereniza a sociedade; o tio pertence ao grupo dos dadores, o sobrinho ao dos recebedores de mulheres. Tratar-se-á de uma coincidência com a estrutura mítico-histórica? Ou será apenas a repetição de uma cosmogonia? Ou ainda dar-se-á o caso de a estrutura mítico-histórica ser simplesmente a justificação e explicação de uma prática social? São válidas todas as respostas afirmativas a estas questões. Quando atingimos este ponto da nossa investigação, interrogámo-nos acerca da possível excessiva influência que, sobre nós, terá exercido o modelo histórico, que nos levou ao estabelecimento de um modelo de parentesco semelhante, pelo menos, sob o ponto de vista ideológico. Naturalmente devemos desconfiar das construções teóricas, ainda que estas se fundamentem em elementos positivos que provenham de uma prática, muito embora forneçamos os dados que dela decorrem, para que outros possam julgar e controlar. Todos estes motivos nos conduziram à introdução de dificuldades nos esquemas explicativos que tínhamos construído. Por todos os meios disponíveis, tentámos controlar os dados fornecidos pelos informadores, controlando-nos simultaneamente: é fundamental que recordemos que o etnólogo, antes de mais, além de cientista é um homem que manipula, de forma não consciente, um sistema de valores interiorizado, que traduz em pensamento totalmente diverso do que decorre do objecto de estudo. Ainda que pretenda o maior cientificismo na abordagem, o etnólogo é, por vezes,

condicionado por teorias dominantes, ou mesmo em moda, no seu meio científico. Estes, são os perigos frequentes, quando não existe o "self contrôle". Além disso, devemos fornecer elementos a fim de que os outros possam controlar a nossa investigação. De facto entendemos que a época em que o etnólogo produzia uma afirmação, sendo esta totalmente aceite e sem discussão, se encontra ultrapassada. Para além destas explicações, caber-lhe-á ainda fornecer o maior número possível de elementos que venha a obter. Eis a razão fundamental porque grande parte do trabalho sobre o sistema de parentesco, se encontra juncado de esquema e dados, aparentemente sem conexão com o assunto principal.

(1) Cf. LIMA, Mesquitela, Carta Étnica de Angola, (esboço). Luanda I.I.C.A., 1970.

(2) Estudados por Plancquaert e Haveaux

(3) Referimo-nos aos estudos recentes de Vansina, Birmingham, Randles, Miller e outros.

(4) Jovem etnólogo austríaco, falecido em Angola, durante a guerra civil, por falta de assistência médica. Foi contratado para o Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica de Angola, que dirigíamos desde 1963.

(5) Cf. nossa obra: Fonctions sociologiques des figures de culte "hamba" dans la société et dans la culture tchokwe (Angola). Luanda, I.I.C.A., 1971, pp. 41/75 e 355/385.

(6) Para não falar do termo Mbongola, centro do território Kyaka.

(7) Vide pp. 41/75 da nossa obra citada: Fonctions sociologiques des figures de culte "hamba" dans la société et dans la culture tchokwe (Angola). Luanda, I.I.C.A., 1971.

(8) Esta última data, foi-nos dada (e sugerida) pelo radio- carbono dos sítios de Feti e de Tchoya (vide pp. 157/158). (Cf. VANSINA, Les anciens royaumes de la savane, Léopoldville, I. R. E. et S., Coll. Études Sociologiques, Rep. du Congo, n° 1, sem data e B. M. Fagan, "Radiocarbon Dates for sub- Saharan África III, in J. A. H. , VI, 1965, pp. 107/116), de Fuli e Dundo (Lunda) (cf. C. J. Ferguesen & W. F. Libby. UCLA Radiocarbon Dates IV. Radiocarbon VII 1965. pp. 358/359. Existe uma coincidência destas datações com as das províncias de Kinshasa e mesmo com as de Tchikapa (médio Kasai) e Sanga, datadas do primeiro milénio D. C. (Cf. Hiernaux e E. Macquet. Cultures Pré-historiques de l'Age des Métaux au Ruanda-Burundi et au kivu, Congo-Belge: Première Partie, Bull. des Séances Acad. Roy. de Sciences Coloniales. Bruxelles, 1957, pp. 1126/1149; Ib. id.. Deuxième Partie. Bruxelles. Mem. Acad. Roy. des Sciences d'Outre-Mer. X. 1960) e J. Nenquim. Contribution to the Study of the Ruanda and Burundi. Tervuren. 1963.-

- (9) Alguns bandos contornaram os dois rios
- (10) Cf. Andrew Battel e outros autores
- (11) Convém referir que, durante muito tempo, os Imbangala foram conhecidos como Jaga
- (12) os pré-Tchokwe e os pré-Lunda.
- (13) Cf. Os trabalhos de Plancquaert e de Hopter. Referimo-nos aos Benami, Kasai, aos Pende e aos Hako do Kwangu, bem como os Sama e Libolo de Kasanji.
- (14) Este termo significa invasor.
- (15) BAUMANN, H. Les peuples et les civilisations de l'Afrique. Paris, Payot, 1948, pp. 146/170.
- (16) Durante a guerra com os Bailundu (etnia vizinha a dos Kyaka) em 1774/1776, os Portugueses tinham já deparado com certos chefes Bailundu e Kingolo que viviam em recintos amuralhados, os quais lhes serviam de "castelos" defensivos. A maior parte dos relatos militares desta época referem estas muralhas, chamadas "quipacas" e que, em umbundu, se dizem orchimpaka-muro de pedra, recinto fortificado por muralhas. A propósito, recordemos que o mesmo radical aka se encontra nos termos Kyaka, Hako, Kipata, Jaka (ou Jaga).
- (17) Utilizamos aqui a classificação da escola dos Annales: factos de repetição e de acontecimento. Como etnólogo, fixamo-nos mais nos factos de repetição.
- (18) É evidente que, com esta afirmação, não pretendemos dizer que os indivíduos e respectivos relatos, não sejam dignos de crédito. Contudo sendo tão numerosas as reservas a seu respeito, hesitámos tomá-los como fontes categóricas.
- (19) Encontram-se, nestas circunstâncias, Miller, Vellut e, mais recentemente, René Pélissier.